

**Presidente**  
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy  
Paulo Roberto Ferreira Levy  
Luiz Fernando Cirne Lima

# GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 24 de novembro de 1992

**DIRETORIA**  
**Diretor-Presidente**  
Luiz Fernando Ferreira Levy  
**Diretores Vice-Presidentes**  
Henrique Alves de Araújo  
José Andretto Filho  
Ricardo C. Saur  
Roberto Müller Filho  
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Admiram-se os bancos internacionais pelo fato de a emissão de bônus pelo governo na semana passada, no valor de US\$ 7,1 bilhões, para pagamento de juros em atraso, relativos a 1989/90, e mais US\$ 860 milhões em dinheiro por juros retidos, não tivesse recebido no Brasil o destaque que, a seu ver, mereceria. Como seria de esperar, essa providência, já prevista, foi muito bem recebida no exterior, mostrando, como disse o vice-presidente do conselho do Citibank, William Rhodes, "a seriedade do governo brasileiro em regularizar as suas relações com a comunidade financeira internacional".

Reconhecemos que a decisão de dar continuidade ao acordo com os bancos privados internacionais, na sequência das negociações conduzidas pelo governo anterior, é de suma importância não apenas para os credores externos como também para o futuro do País. Se mais projeção não teve a emissão de bônus pelos juros em atraso, talvez isso se deva à incerteza do mercado diante da política econômica que começa a esboçar o governo do presidente em exercício, Itamar Franco, no tocante a preços administrados, reajustes de salários, privatização, etc.

## Hora de anunciar um programa

*Com Brasil*

Na área externa, desde logo ficou claro que o atual governo considerava que as negociações com os credores oficiais e privados foram feitas em nome do Brasil — e não simplesmente de um governo — com pleno conhecimento da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Tanto assim que a expectativa generalizada é de que a Câmara Alta venha a aprovar, nos próximos dias, o acordo de redução da dívida com os bancos comerciais.

Ainda em abono do atual governo, pode-se dizer que ele vem mantendo estimulada a exportação, ao mesmo tempo que cumpre o roteiro estabelecido para redução tarifária, dentro do espírito da abertura externa. É compreensível, em face do baixo crescimento do intercâmbio global, que seja até motivo de espanto no exterior que o Brasil possa neste ano aumentar suas exportações em 12%, superando a marca de US\$ 35 bilhões. Com um superávit comercial previsto em US\$ 15 bi-

lhões, as reservas cambiais alcançam o nível recorde de US\$ 23 bilhões.

Como já dissemos aqui, são resultados brilhantes e que justificam otimismo quanto às perspectivas da economia brasileira. O grande desafio será conservar as exportações em crescimento com a reativação da economia brasileira a médio prazo, o que não poderá deixar de refletir-se no incremento das importações. Essa evolução, porém, é vista como perfeitamente administrável, sem afastar o País da linha de liberalização do comércio exterior.

Nunca é demais lembrar também que, depois de vacilações iniciais, o atual governo está determinado a fazer uma reforma fiscal neste ano, para vigorar a partir de 1993. Não será a reforma ideal, mas a "reforma possível", para usar a expressão do ministro da Fazenda, Gustavo Krause. O que se espera é que o ajuste seja de profundidade suficiente

para reequilibrar as finanças da União, estabelecendo os parâmetros para a revisão constitucional que ocorrerá em 1993.

Não é por isso que o governo vem sendo criticado. O que muitos temem, e nós temos expressado esse sentimento, é o alargamento de uma área de indefinições. Ninguém contesta, por exemplo, a utilidade de um exame mais acurado das finanças das empresas estatais para apuração de sua eficiência. Só assim se poderá saber o que e quanto pode ser cortado. Mas há uma justificada desconfiança de que uma política de retardamento de reajustes de preços públicos possa vir dificultar mais adiante o combate à inflação.

Há dúvidas também quanto ao "animus" privatizante do atual governo. O recente caso da Ultrafertil é mais um incidente nessa área sensível, hoje, ao que parece, sob o comando direto do presidente em exercício. Chega-se mesmo a duvidar se o Programa Nacional de Desestatização (PND) vai ou não continuar.

Dadas as circunstâncias, somente o anúncio de um programa efetivo de governo pode ajudar a desanuviar o clima. Está na hora de o presidente em exercício falar à Nação.